

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS  
MESTRADO EM LETRAS**

**DÉBORA FRANÇA TEIXEIRA WERRES**

**A PROFANAÇÃO DA BIOPOLÍTICA EM  
*O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY*, DE HILDA HILST**

VITÓRIA  
2023

DÉBORA FRANÇA TEIXEIRA WERRES

**A PROFANAÇÃO DA BIOPOLÍTICA EM  
*O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY DE HILDA HILST***

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Letras.

Linha de pesquisa: Literatura, Alteridade e Sociedade (LAS).

Orientador: Prof. Dr. Luis Eustáquio Soares.

VITÓRIA  
2023

## Ficha catalográfica

## FOLHA DE APROVAÇÃO



Secretaria Integrada de Programas de Pós-Graduação  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

### **ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO CURSO DE MESTRADO EM LETRAS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - ATA Nº 477 – 24/02/2023**

Em sessão pública ocorrida no dia vinte e quatro de fevereiro de dois mil e vinte e três, às quinze horas, em sessão virtual, conforme Portaria Normativa nº 08 da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/UFES de 01 de julho de 2021, procedeu-se a avaliação da dissertação da discente **Débora França Teixeira Werres**. Às dez horas, o Prof. Dr. Luis Eustáquio Soares, UFES (Presidente da Comissão Examinadora de Defesa de Dissertação), deu início aos trabalhos, convidando a ingressarem à sala a Prof. Dr. João Claudio Arendt, UFES (Examinador Interno) e a Prof. Dr. Paulo Muniz da Silla, UFES, (Examinador Externo). A seguir, a presidente solicitou à mestranda que fizesse uma explanação de seu trabalho intitulado **“A profanação da Biopolítica em O caderno rosa de Lori Lamby, de HilaHilst”**. Finda a apresentação, a presidente passou a palavra aos examinadores, que procederam à arguição da candidata. Ao final, a Comissão, em sessão reservada, deliberou pela **APROVAÇÃO** da referida dissertação nos termos do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Letras e alertou que a aprovada somente terá direito ao título de Mestre após entrega da versão final de sua dissertação, em meio digital, à Secretaria do Programa. Encerrada a sessão, eu, Prof. Dr. Luis Eustáquio Soares, presidente da Comissão Examinadora, lavrei a presente ata que vai com as devidas assinaturas.

**Prof. Dr. Luis Eustáquio Soares (UFES)**  
Orientador e Presidente da Comissão

**Prof. Dr. João Claudio Arendt (UFES)**  
Examinador Interno

**Prof. Dr. Paulo Muniz da Silla (UFES)**  
Examinador Externo



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
VITOR CEI SANTOS - SIAPE 3567469  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Letras  
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGLe/CCHN  
Em 24/02/2023 às 17:08

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/657155?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
LUIS EUSTAQUIO SOARES - SIAPE 1351264  
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN  
Em 24/02/2023 às 16:42

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/657142?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
JOAO CLAUDIO ARENDT - SIAPE 1145074  
Departamento de Linguas e Letras - DLL/CCHN  
Em 24/02/2023 às 16:57

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:  
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/657145?tipoArquivo=O>

*Dedico este trabalho aos pesquisadores que me precederam, abrindo portas para a minha dissertação. Dedico especialmente à Hilda Hilst, escritora brilhante, incompreendida por muitos em seu tempo, mas que despertou em mim um desejo ávido de conhecimento.*

## AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Vânia Maria e Áureo, pelo apoio em toda a minha formação, por me incentivarem sempre a ingressar na universidade pública, mesmo que não tenham tido a mesma oportunidade, foram um exemplo para mim.

Ao meu esposo, Mário, pelas vezes que teve que visitar os amigos sem mim, abrir mão de passeios em família, para que eu pudesse ficar em casa estudando, sempre me dando apoio. Obrigada por preparar o almoço e o jantar, enquanto eu escrevia. Obrigada por me incentivar a crescer e acreditar em mim.

Aos meus irmãos, que sempre foram uma grande inspiração acadêmica e profissional, vibraram comigo e torceram até o fim. Dedico em especial, à Cleide, minha irmã mais velha que faleceu no início de 2019, mas sei que estaria muito feliz com esta conquista. Aos meus sobrinhos, cunhados e agregados pelo carinho, apoio e incentivo de sempre!

Aos meus filhos de 4 patas, Teo, Frida, Pirulito e Capitu, que viraram madrugadas comigo, ao lado de livros, artigos, ensaios, o meu velho computador e tantos rascunhos. Só iam dormir quando eu parava.

Agradeço aos meus amigos que entenderam (ou quase) minha ausência nos últimos dois anos e esperaram tanto quanto eu que esse dia chegasse.

Agradeço aos professores da banca examinadora, que já na qualificação contribuíram ao sugerir valiosas sugestões a esta pesquisa. Obrigada pelo tempo de dedicação, pelas análises e pela problematização dispensada a este trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras da Ufes com os quais aprendi sobre temas de outros campos de pesquisa, diferente da minha. Obrigada pelas aulas e ensinamentos. Mas, especialmente, agradeço ao meu orientador professor Dr. Luis Eustáquio Soares que, desde a graduação, sempre acreditou em mim (mais do que eu até) e é uma inspiração acadêmica e profissional, sendo um dos professores mais generosos com os quais tive o prazer de conviver, além de um ser humano incrível! Obrigada por me incentivar a voltar à universidade e me mostrar que era possível.

Aos meus colegas de pós-graduação pela parceria, conversas e desabafos durante esse tempo, por não terem soltado a minha mão, vocês foram essenciais.

Agradeço ainda aos meus alunos e seus pais que sempre me davam força, incentivo e aumentavam minha confiança em realizar este feito. Eu amo todos vocês!

Foi muito difícil, emocionalmente, passar pelo mestrado no momento em que vivemos uma pandemia (2020-2022), bem como um desgoverno que tanto atacou a educação e, particularmente, a universidade pública. O amor e a ciência venceram!

Por fim, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes), que possibilitou minha dedicação à pesquisa com um pouco menos de desespero financeiro.

— Não acredito que escritor algum consiga verbalizar com mais verdade que no seu próprio trabalho.

Hilda Hilst.

## RESUMO

Esta pesquisa de mestrado teve como principal recorte temático o estudo crítico e reflexivo da profanação biopolítica na obra *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), de Hilda Hilst. O princípio que a fundamentou diz respeito ao fato de que a atual fase imperialista do capitalismo, dominada por EUA, tem como ideologia dominante a edição ininterrupta de um sistema de confissão subjetivo cujo efeito de poder advém da configuração corporal do estilo estadunidense de ser – esse *soft power*. O estudo do romance, cujo enredo é baseado nas confissões da narradora-personagem (mirim), estruturou-se em torno do perjúrio da arquitetura de confissão biopolítica dominante após a Segunda Guerra Mundial. Por isso, para desenvolver esta dissertação, o método interdisciplinar foi importante para articular as categorias de biopolítica, na perspectiva de Michel Foucault; de perjúrio e profanação, de Giorgio Agamben; de estado de exceção, de Walter Benjamin; bem como da teoria e da crítica literárias.

**Palavras-chave:** Hilda Hilst; biopoder; estado de exceção; profanação; vida nua.

## ABSTRACT

This master's research had as its main thematic focus the critical and reflective study of the biopolitical profanation in the work *The pink notebook* of Lori Lamby (1990), by Hilda Hilst. The principle that founded it concerns the fact that the current imperialist phase of capitalism, dominated by the USA, has as its dominant ideology the uninterrupted edition of a system of subjective confession whose power effect comes from the corporal configuration of the American style of being – that soft power. The study of the novel, whose plot is based on the confessions of the narrator-character (child), was structured around the perjury of the dominant biopolitical confession architecture after the Second World War. Therefore, to develop this dissertation, the interdisciplinary method was important to articulate the categories of biopolitics, in the perspective of Michel Foucault; of perjury and profanity, by Giorgio Agamben; of a state of exception, by Walter Benjamin; as well as literary theory and criticism.

**Keywords:** Hilda Hilst; biopower; state of exception; profanation; naked life.

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS</b> .....	15
<b>CAPÍTULO I. O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY DE HILDA HISLT E A LITERATURA DO EXTERIOR COMO PROFANAÇÃO DAS NORMAS SUBJETIVAS</b> .....	26
1.1. O <i>caderno rosa de Lori Lamby</i> e a literatura do exterior como profanação da <i>Scientia sexualis</i> .....	26
1.2. O dispositivo da sexualidade .....	29
1.3. A tradição do oprimido e a sagrada vida nua e a pornografia soberana .....	30
<b>CAPÍTULO II. O SOBERANO SEXO E O SOBERANO DINHEIRO E A VIDA NUA EM TRANSGRESSÃO</b> .....	38
2.1. O sexo soberano e o dinheiro como soberano pedófilo .....	38
2.2. A vida nua em transgressão à norma do soberano sexo-dinheiro .....	39
<b>CAPÍTULO III. O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY COMO TRANSGRESSÃO AO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E DAS NORMAS IDENTITÁRIAS</b> .....	43
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	48
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	52

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Todos nós estamos na sarjeta, mas alguns de nós olham para as estrelas.  
Oscar Wilde

E quem olha se fode.  
Lori Lamby

Como assinalou Adson Duarte Costa, em artigo intitulado “A recepção crítica da literatura de Hilda Hilst” (2014), a escritora paulista, nascida na cidade de Jaú em 1930, “desde o início de sua carreira literária, quis ser popular, lida e reconhecida pelos leitores e críticos” (COSTA, 2014, p.1). Para tal, primeiramente escreveu livros de poemas, como *Presságio* (1950), *Balada de Alzira* (1951), *Balada de Festival* (1951), *Roteiro de Silêncio* (1959), *Trovas de muito amor para um amado senhor* (1960), obras em que é possível observar um tema recorrente: a interlocução, a partir de uma perspectiva lírica feminina, ao mesmo tempo reverencial e iconoclástica com a transcendência, com Deus.

Seus livros de poemas, no entanto, ficaram no limbo e não foram sequer devidamente compreendidos, ainda que a poeta Hilda Hilst tenha feito uso de uma linguagem simples, acessível. Insatisfeita e sempre ávida em ser reconhecida, partiu para o teatro. Escreveu *A possessa* (1967), *O rato do muro* (1967), *O visitante* (1968), sempre com uma dicção que não se distinguia do gênero lírico, porque a relação do finito, o que morre, com a transcendência e o soberano, traduzido como Deus, permanecia.

A partir da década de 1970, começou a escrever gêneros híbridos, nem poéticos, nem dramaturgicos, nem narrativos, incorporando as potencialidades expressivas de todos os gêneros, como *Qadós* (1973) e *Ficções* (1976). Novamente a mesma problemática: imanência e transcendência, mortal e imortal, finito e infinito, o pecado e a pureza divina e, talvez, por isso a mesma incompreensão, com uma dramaturga sem (ou com pouca) encenação, sem (ou com pouco) leitores – os raros contam, mas Hilda Hilst desejava mais, ser reconhecida, simplesmente.

A produção literária de Hilda Hilst, a partir de 1990, segundo Costa (2014), enveredou para o gênero grotesco, autodesignado como “bandalheira”, constituindo o período em que publicou *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), *Contos d’escárnio – Textos grotescos* (1990), *Cartas*

*de um sedutor* (1991) e *Bufólicas* (1992), textos que em comum expressam a revolta do corpo contra a alma, do finito contra o infinito, da morte contra a imortalidade, da vida nua contra o soberano, da pornografia contra o erotismo, ainda que de forma alguma o primeiro termo do polo, o da imanência, do corpo, da natureza, venha a abolir o segundo, o da transcendência, porque sem essa, isto é, sem a alma, sem o soberano, sem Deus, a perplexidade do vivo, de ser matéria, corpo, precariedade, não seria possível.

Duas leituras foram fundamentais para eu entender muitos conceitos aqui estudados. A primeira foi o livro *A sociedade do controle integrado: Franz Kafka e Guimarães Rosa* (2014), de Luis Eustáquio Soares, meu orientador; a segunda foi *Sete ensaios sobre os imperialismos: literatura e política* (2019), também de Luis Eustáquio, escrito em coautoria com o jornalista colombiano Luis Carlos Muñoz. Passei a interagir cada vez mais com o tema da relação entre soberano e vida nua, imanência e transcendência, tendo como referencial a categoria da biopolítica, em perspectiva crítica, em interlocução com o filósofo Michel Foucault de *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999) e *Homo sacer: o poder soberano e a vida nua* (2002), de Giorgio Agamben. Com isso, sempre seguindo as trilhas de meu orientador, que se dedica ao estudo da biopolítica há anos, acredito que passei a dialogar com um aporte teórico que me parecia de fundamental importância, para analisar o que havia de recorrente (talvez seja possível chamar de estilo) na produção literária de Hilda Hilst, considerando o gênero lírico, o dramático e o ficcional, a saber: um entrecruzamento de vozes entre o soberano e a vida nua, entre Deus e o humano; entre o infinito e o finito, a transcendência e a imanência.

Entretanto, em uma breve pesquisa de Mestrado não poderia abraçar o mundo. Foi indispensável fazer uma escolha, recortando e limitando. Qual caminho a seguir, considerando a trajetória que esbocei acima? Pensei que seria interessante focar no romance *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), por ser uma obra que, sob o ponto de vista do corpo obscuro (tendo uma criança de oito anos como narradora), evidencia o lado radicalmente menos palatável da produção ficcional da escritora paulista, sem deixar de levar ao extremo a relação entre Deus, a transcendência e a imanência, traço recorrente do conjunto de sua produção literária, independente do gênero.

Penso que seja marcante na sua produção, a partir da década de 1990, a iconoclastia, porque assumiu um lado do pêndulo, considerando a relação entre infinito e finito, Deus e pecado,

qual seja: a da mortalidade, da vida comum, do pecado, logo da vida, com uma particularidade, uma vez que passou a prevalecer a heresia, a dessacralização, o xingamento de Deus; a pornografia no lugar do erotismo, tendo em vista o fato de que figurações transcendentais como Deus e soberano são, na produção literária de Hilda Hilst, sobretudo a partir da década de 1990, referenciais que podem ser interpretados como uma espécie de campo semântico da transcendência, sempre pronto a judicializar e sentenciar o vivo, a vida, a natureza das coisas.

Hilda Hilst como escritora parecia ter plena consciência da judicialização da vida, imposta pelo mundo ideal, o mundo da transcendência, como é possível notar tendo em vista o trecho abaixo de uma entrevista que ela concedeu a Hussein Rimi:

**HR** Como é ser vista como uma escritora pornô?

**HH** Estou achando muito engraçado e ao mesmo tempo estou impressionada. Eu era uma espécie de KGB literária, que ninguém lia, e agora, segundo o *Jornal da Tarde*, passei a ser uma das malditas de todos os tempos [risos]. Ficou uma situação terrível, porque eu não sei onde me situar.

**HR** Como a crítica reagiu?

**HH** Horrorizada. O que você poderia esperar desse pessoal que faz resenha para o Caderno 2? São moralistas e analfabetos, até porque escreveram que o meu livro é de baixo calão. Se um livro é de baixo calão, não precisa dizer que é baixo. Esses rapazes são vitorianos. Outro que escreveu no *Jornal da Tarde* chamado Antonio Carlos Lembo chegou ao máximo de advertir os leitores de que se tratava de um livro muito baixo. Quando eu vejo um rapazinho escrever essas coisas eu me lembro do tempo da minha vó. Isso é coisa de sessenta anos atrás. O Jorge Coli escreveu um artigo excelente sobre a *Lori Lamby* mas não conseguiu publicar até hoje. Há sete meses o Coli manda para *O Estado de S. Paulo*, a *Folha*, e o artigo não sai. Talvez seja porque ele fala que o livro deve ser colocado entre as obras-primas do erotismo mundial (RIMI, 2013, p.140).

Ao ler esse fragmento, é possível perceber que a escritora paulista era consciente do efeito mais nefasto das idealizações transcendentais, sem corpo, sem matéria, sem mundo concreto: o moralismo, o idealismo burocrático, sem chão, sem corpo, sem pecado, sem vida. No entanto, volto a me perguntar: por que *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990)? Porque é a obra, a primeira, que abandonou o dilema metafísico entre transcendência e imanência, entre soberano e vida nua, para assumir o segundo termo da antinomia, inclusive encarnando na sociedade e na história e, no caso específico da história de seu tempo, em que dominava e ainda domina o império soberano do dinheiro, esse Deus a serviço de outro, o capital.

O dinheiro é Deus, o soberano dos soberanos em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990). É por isso que a figura do pai, na narrativa, não pode ser interpretada de forma edípica. Pelo contrário, pode ser evidenciado por meio da análise do seguinte fragmento da obra:

Eu também ouvia o senhor dizer que tinha que ser bosta pra dar certo porque a gente aqui é tudo anarfa, né, papi? E então eu fui lá no teu escritório muitas vezes e lia aqueles livros que você pôs na primeira tábua e onde você colou o papel na tábua escrito em vermelho: BOSTA. (HILST, 1990, p.146).

O pai de Lori Lamby, no romance em tela, é um escritor fracassado, e o romance, como se sabe, seguindo a técnica de *mise en abyme*, em linhas gerais, estrutura-se como a confissão paródica do desejo do pai: ganhar dinheiro com a literatura. Cito, para prosseguir, o seguinte trecho de “Falando com Deus”, texto de Michel Riaudel:

Na ausência de maiores certezas, o que garante a exaustividade da fala é a crença no fato de que a confissão se efetua sob o olhar de Deus onisciente, exaustivamente também solicitada pelo valor performativo da confissão: já que falar é o primeiro passo do exorcismo que conjura o pecado que está em nós e que não podemos esperar senão alívio e absolvição, por que encobrir nossos erros? (RIAUDEL, 2015, p.143).

Michel Riaudel, embora no texto citado, não considere a figura do Deus-dinheiro, onipresente em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), tem a vantagem de analisar o conjunto da produção literária de Hilda Hilst, chamando a atenção para a centralidade, nela, da figura de Deus, muitas vezes decaído sob a forma de corpo multiforme, de porco, de vida nua. Essa interpretação chamou minha atenção e possibilitou interpretar *O Caderno rosa de Lori Lamby* (1990) como obra paradigmática, que aprofunda o estilo de Hilda Hilst, sobretudo, na ficção.

O abuso, quase barroco, da técnica do *mise en abyme*, em que tudo que se apresenta como transcendente, inclusive o erotismo, desdobra-se no seu oposto, confessando-se como carnal, como mortal, como humano, como animal, como vivo. Reside nesse aspecto o tema central desta dissertação: analisar o romance em tela como uma obra que usa o dispositivo da confissão, em termos de Michel Foucault, em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999), não para consagrá-lo a Deus, e nesse caso específico, ao Deus-dinheiro, mas para dessacralizá-lo por meio, por exemplo, da pornografia.

Sob esse ponto de vista, diria que *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) é uma narrativa biopoliticamente pornográfica, porque perjura a “alma” da biopolítica: a confissão. Esta, como parte do sistema de confissão estimulado pelo Estado, deve ser sempre transcendentalizada. No entanto, em Hilda Hilst, transforma-se em uma “bosta”.

Essa leitura que apresento, faço-a em diálogo com o dispositivo da confissão, desenvolvido por Michel Foucault, em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999). Tal dispositivo, na perspectiva do filósofo francês, entretanto, é precedido pelo dispositivo da sexualidade, que envolve a biopolítica que possui duas dimensões: a anátomo-política e outra que diz respeito à biopolítica da população. Essas duas dimensões, com seus nós, constituem em linhas gerais o eixo da biopolítica.

Resulta daí a importância da pergunta: o que é biopolítica? No sentido mais simples, relativo à etimologia da palavra, significa a política da vida. O filósofo francês relacionou o surgimento da biopolítica com a emergência do capitalismo da seguinte forma em *História da sexualidade I: a vontade de saber*:

Esse discurso sobre repressão moderna do sexo se sustenta. Sem dúvida porque é fácil de ser dominado. Uma grave cautela histórica e política o protege; pondo origem da idade da Repressão no século XVII, após centenas de anos de arejamento e de expressão livre, faz-se com que coincida com o desenvolvimento do capitalismo: ela faria parte da ordem burguesa (FOUCAULT, 1999, p. 11).

Foucault iniciou o primeiro volume de sua obra *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999), mostrando como antes do século XVII o sexo não era propriamente um tabu, sendo tratado com desenvoltura e sem receio de falar abertamente a respeito; e muito menos praticá-lo sem moralismo e sem a sua condenação ao quarto do casal. Como é possível observar no fragmento abaixo do já citado livro: *História da sexualidade I: a vontade de saber*:

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos “pavoneavam”. Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da

burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir (FOUCAULT, 1999, p. 9).

A partir desse trecho, é possível compreender que com a emergência do capitalismo começou a dominar a repressão ao sexo. Para as crianças, o tabu partiu do pressuposto de que seriam um ser assexual. Com isso, a infância foi cercada e toda manifestação de caráter sexual, como a masturbação, por exemplo, deveria ser punida com rigor. A emergência do capitalismo, segundo Foucault, diz respeito ao fato de que o sexo seria incompatível com a exploração do trabalhador. Esse argumento demanda uma reflexão que deriva da seguinte questão: a política da vida, a biopolítica, estaria associada à repressão da sexualidade do trabalhador, no modo de produção capitalista?

Foucault foi também um grande escritor, como filósofo. Ele começou a obra aqui estudada tratando do tema da libertinagem, anterior ao século XVII, para logo descrever o começo da era da repressão no século XVII, para, em seguida, perguntar-se: será que a questão a ser destacada em relação ao sexo é mesmo a repressão? Será que a repressão não se tornou um pretexto para a colocação do sexo no discurso e principalmente o discurso científico? Esse é o motivo do subtítulo de seu livro, “a vontade de saber”, expressão relacionada aos discursos científicos, como a psicanálise, a psiquiatria, a medicina, a biologia, por exemplo. Esses e outros campos de saber detêm uma “vontade de saber” sobre o sexo e procuram inseri-lo nos seus discursos estimulando a confissão, inclusive valendo-se dos períodos de repressão.

Ocorre que em Foucault “a vontade de saber” é antes de tudo um saber sobre, um saber que é também poder sobre. É assim na virada do século XVIII para o XIX, inclusive com o surgimento da psicanálise, a biopolítica se tornou inseparável de uma política de saberes institucionais sobre o sexo. O dispositivo da confissão torna-se, nesse caso, científico. E o que é mesmo biopolítica? É a colocação do sexo em discurso por meio dos dispositivos (cada ciência tem os seus dispositivos) sexuais e confessionais com o objetivo de moldar os corpos, de definir identidades, modos de ser mulher, homem, homoafetividades.

É por isso que, ainda com Foucault, os três vetores do biopoder são: a) a dimensão anátomo-política, que é individual, do corpo pessoal, e tem como referência moldar corpos e suas identidades não por meio da repressão sexual, mas através da colocação do sexo em discurso,

estimulando a confissão de si com vistas à produção de efeitos de si no corpo, nos modos de ser e estar no mundo; b) a dimensão da biopolítica da população, constituída pela multiplicidade de corpos individuais tornados identidades específicas por meio da confissão de si; c) a norma, analisada como objetivo da biopolítica, que é: produzir a norma individual anátomo-política e no conjunto a norma social, da biopolítica da população.

Em outras palavras, o humano não nasce pronto. É ser histórico e como tal pode ser moldado à imagem e semelhança dos interesses do soberano, como se molda uma mercadoria. O nascimento da biopolítica, assim, está relacionado à emergência do capitalismo e, com este, à transformação da vida humana em mercadoria, mas com uma importante ressalva: essa “mercadoria humana” é estimulada a ser como se espera que seja (a norma social), por meio da intervenção dos discursos científicos. É o biopoder, agora visto como poder sobre a vida, tendo o sexo como dispositivo. É o dispositivo sexual, inseparável do confessional. Nesse sentido, pode-se afirmar que os Estados capitalistas, no primeiro momento dos países centrais da Europa, cumpriram o papel de soberano, desenvolvendo suas políticas da vida, como poder sobre os corpos, então considerados dóceis.

Isso é o começo da biopolítica. É evidente, entretanto, que Foucault não partiu do nada, pois se referenciou na tradição da pastoral católica medieval e no interior dessa na relevância da confissão, inclusive tendo como referência as Inquisições. A confissão é, assim, sagrada e ao mesmo tempo “científica”. Considerando que o modo de produção capitalista detém seu próprio Deus, a acumulação do capital é, nele o dinheiro, portanto, Deus.

Em interface com essas questões e tendo em vista a particularidade da obra objeto deste estudo, interpreto o papel da narradora-personagem, Lori Lamby, como o *mise en abyme* do pai, levando ao extremo o limite da “bandalheira” de “seu papi”. É por isso que talvez menos importe na obra saber se é um romance que faça apologia à pedofilia, ao apresentar uma narradora de oito anos a confessar, com detalhes sórdidos, ter sido “vítima” da pedofilia, porque o que realmente importa, no caso da obra, é a onipresença do Deus-dinheiro, de modo que é este último que é profanado, porque afinal de contas tudo ocorre por causa do dinheiro: a frustração do pai, as brigas entre ele e sua esposa, as dificuldades econômicas da família; e até mesmo a pedofilia, que é, evidentemente, paga.

Com isso, posso começar a apresentar o segundo livro teórico de referência para esta dissertação, *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento* (2011), de Giorgio Agamben, por tratar da relação entre religião, política e juramento (variável da confissão), tendo o sacramento como eixo. Parto do princípio de que em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), o Deus-dinheiro é o sacramento, assim definido pelo filósofo italiano:

O que nele está implicado, se ele define e põe em questão o próprio homem como animal político? Se o juramento é o sacramento do poder político, o que, na sua estrutura e na sua história, tornou possível que ele fosse investido de semelhante função? Que plano antropológico, em todo sentido decisivo, nele está implicado, para que o homem todo, na vida e na morte, pudesse, nele e por ele, ser colocado em questão? (AGAMBEM, 2011, p. 10).

Considero que esses questionamentos de Agamben acima citados sejam fundamentais para esta pesquisa. O homem é um animal político e o juramento é o sacramento de sua condição de ser político, na vida e na morte. No capitalismo, o juramento onipresente é o dinheiro, essa abstração que se concretiza nas mercadorias. Lori, com seu olhar infantil, objetiva, mais que o adulto, a centralidade do dinheiro, que compra tudo. Se, na interface entre Foucault e Agamben, a confissão constitui uma tradução para juramento, é possível dizer que o homem é um ser que se confessa e a sua confissão é o sacramento de sua condição política. O que é mesmo biopolítica? Diria: é o sacramento da vida humana capturada pelas redes de saberes institucionais do modo de produção capitalista com o propósito de produzir a norma ao mesmo tempo individual e social.

É a própria ciência que se torna sagrada, mas não qualquer ciência, pois é a que será inseparável do poder sobre, isto é, do poder de compra, de comprar tudo, inclusive, como salientei, a pedofilia. O fato é que alguém faz um juramento. Alguém confessa. Alguém quer ser consagrado pelo Estado capitalista. E por isso mesmo, alguém se diz nos termos do que é permitido, como sacramento, dizer-se, o que significa que não é possível confessar qualquer coisa e, assim, que a confissão está pré-orientada pela biopolítica do capital, qual seja: é proibido falar a verdade sobre o dinheiro.

Foi a partir dessas reflexões que surgiu a necessidade de dialogar com o terceiro livro teórico desta pesquisa, *Profanações* (2007), também de Giorgio Agamben. Esse diálogo tem a ver com a seguinte passagem:

E talvez “política” seja o nome desta dimensão que se abre a partir de tal perspectiva, o nome do livre uso do mundo. Mas tal uso não é algo como uma condição natural originária que se trata de restaurar. Ela está mais perto de algo de novo, algo que é resultado de um corpo-a-corpo com os dispositivos do poder que procuram subjetivar, no direito, as ações humanas. Por isso tenho trabalhado recentemente sobre o conceito de “profanação” que, no direito romano, indicava o ato por meio do qual o que havia sido separado na esfera da religião e do sagrado voltava a ser restituído ao livre uso do homem (AGAMBEN, 2007, p. 10).

Com Agamben, a biopolítica adquiriu sentidos mais políticos, estando indissociável da relação entre o soberano (o Estado capitalista) e a vida nua. Se, com Foucault, a biopolítica é o resultado de uma *scientia sexualis*, vinculada aos mais diversos ramos institucionais de saberes, com vistas a produzir uma norma comportamental, agora penso que seja possível falar que essa vida confessada, sendo o que se diz ser, é a vida nua em face do soberano; a vida da classe trabalhadora (e o escritor é um trabalhador da escrita) diante do Deus-dinheiro, que a compra. Afinal, o que é o trabalho assalariado, senão a evidência pura e simples de que o trabalhador é também uma mercadoria, ao mesmo tempo como qualquer outra e também uma mercadoria que produz mercadorias?

A profanação é a categoria que Agamben desenvolveu para pensar a transgressão biopolítica e, assim, a transgressão da vida nua em relação ao soberano e suas formas “científicas” de estimular modos de ser, por meio do dispositivo confessional. Nesta dissertação, o interesse é analisar o romance *Caderno rosa de Lori Lamby* (1990) como a narrativa que profana o dinheiro ao confessar o que não pode ser confessado: é possível comprar tudo, inclusive o sexo de crianças.

A profanação realiza-se contra o sistema confessional, contra as normas de ser, as identidades confessadas como vidas nuas. Com isso, volto a um argumento que formulei antes, agora sob a forma de pergunta: *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) é uma obra pornográfica? Sim, mas de um modo surpreendente, pois é uma obra que profana o sistema de confissão vigente, profanando, desse modo, a própria pornografia, porque essa também é uma forma de colocar o sexo em discurso, capturando certa norma, a da indústria pornográfica, que aliás é uma verdadeira máquina de fazer dinheiro – sendo essa a razão de ser da obra: se o que dá dinheiro é a pornografia, pensa Lori na interface com o pai, então é preciso escrever literatura pornográfica.

O problema, porém, é que Hilda Hilst, por meio de Lori e seu pai, não conseguiu fazer pornografia, no sentido usual do termo, pois, como se sabe, o sexo como mercadoria; isto é, a pornografia, por ser de fato uma mercadoria, não pode, nas coordenadas do poder capitalista, dizer a verdade sobre si, sobre o mundo. Não pode confessar que, na civilização do capital, o dinheiro é resultado da expropriação do mais-valor e, assim, da exploração da classe trabalhadora. No romance, essa verdade é confessada ficcionalmente de modo profano. Diante disso, afirmar que a obra é pornográfica deixa de ser a questão central para se tornar o problema estético do romance – uma pornografia que profana a si mesma ao descaradamente narrar o poder ilimitado do Deus-dinheiro, que tudo compra, até mesmo o corpo de uma garota de oito anos, embora, é bom salientar, como *mise en abyme* do pai. Lori Lamby não viveu realmente o que narrou. Trata-se, assim, de ficção, tendo em vista o que de fato o Deus-dinheiro pode fazer, e faz.

O desenvolvimento desta pesquisa, com argumentos e discussões, está organizado em três capítulos, como descritos a seguir:

## CAPÍTULO I: *O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY* DE HILDA HISLT E A LITERATURA DO EXTERIOR COMO PROFANAÇÃO DAS NORMAS SUBJETIVAS

Nesse capítulo, pretendo abordar os temas apresentados nesta introdução, procurando mostrar como o romance de referência é uma narrativa de profanação da biopolítica e sua estética surpreende porque restitui à literatura o livre uso de si mesma, como literatura não propriamente pornográfica, mas profanação da ordem existente.

É um capítulo por meio do qual procurarei pensar a literatura como profanação. Por isso, farei uma discussão sobre a questão da literatura a partir de Michel Foucault, em “O pensamento do exterior”, ensaio que está no livro *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema* (2001). O objetivo é argumentar que a profanação, no caso da literatura, realiza-se do interior para o exterior, das subjetividades para as dessubjetividades, tendo como razão de ser a desmontagem das intimidades confessadas e normatizadas.

## O CAPÍTULO II: O SOBERANO SEXO E O SOBERANO DINHEIRO E A VIDA NUA EM TRANSGRESSÃO

Procurarei aprofundar nas questões do capítulo anterior, incorporando a relação entre soberano e vida nua, tendo como referência dois soberanos, na civilização do capital: o dinheiro e o sexo. Com isso, buscarei investigar o estudo do que chamarei de estado de exceção biopolítico da modernidade.

Para realizar essa análise, o diálogo com o livro de Agamben, *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento* (2011), será uma referência importante, tendo como foco o conceito de blasfêmia. O objetivo é mostrar como a narrativa de *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), de Hilda Hilst, blasfema os dois soberanos do estado de exceção biopolítico: o dinheiro e o sexo.

## O CAPÍTULO III: O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY COMO TRANSGRESSÃO AO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E DAS NORMAS IDENTITÁRIAS

Neste capítulo, procurarei dialogar principalmente com o livro de Foucault, *Nascimento da biopolítica* (1999), por ser uma obra em que o filósofo francês relacionou claramente a biopolítica à emergência do imperialismo.

Se o imperialismo é um retorno do colonialismo na fase capitalista da expansão europeia (inclui EUA), para Foucault a biopolítica significaria a vontade de saber/poder de forças imperialistas objetivando a produção de uma biopolítica da população em escala planetária, com vistas à confecção de uma norma comportamental que facilite a dominação imperialista da humanidade. Por isso, é um capítulo em que procurarei analisar as políticas de identidade e seus dispositivos confessionais, sempre em interlocução com as obras teóricas de referência e com o romance em tela de Hilda Hilst.

## CAPÍTULO I. *O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY E A LITERATURA DO EXTERIOR COMO PROFANAÇÃO DAS NORMAS SUBJETIVAS*

Otávia tinha pêlos de mel  
A primeira vez que me beijou a caceta  
Entendi que jamais seria anacoreta  
Não me beijou com a boca  
Me beijou com a boceta.

Hilda Hilst, *Contos d'escárnio*, p. 156.

### 1.1. *O caderno rosa de Lori Lamby e a literatura do exterior como profanação da Scientia sexualis*

Hilda Hilst, em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), produziu uma literatura cujo desejo está para a exterioridade, fora de qualquer tutela de um pai, Deus, soberano e cuja linguagem se manifesta em abismos de abismos ao evidenciar esse discurso singular em que uma narrativa se faz não dentro uma da outra, mas se interconectam na abismal literatura singular do exterior de toda vida nua.

Por isso, Lori Lamby cumpre um papel de desmontar a estrutura moral imposta por um dentro familiar e por um dentro da sociedade disciplinar. É uma ficção de e para o exterior, como abertura para qualquer irreprimível e inapreensível potência criativa. Sustento esse argumento antes de tudo, porque parto das especificidades formais e temáticas da obra em tela, embora, sob o ponto de vista teórico, amparo-me em Michel Foucault, especialmente em seu ensaio “O pensamento do exterior”, publicado em 1966, no qual, a respeito da linguagem literária, assim se pronuncia:

Habitou-se a crer que a literatura moderna se caracteriza por um redobramento que lhe permitiria designar-se a si mesma: nessa autorreferência ela teria encontrado o meio, ao mesmo tempo, de se interiorizar ao extremo (de ser apenas o seu próprio enunciado) e de se manifestar no signo cintilante de sua longínqua existência. De fato, o acontecimento que fez nascer o que no sentido estrito se entende por “literatura” só é a da ordem da exteriorização em uma abordagem superficial: trata-se muito mais de uma passagem para o “fora”: a linguagem escapa ao mundo de ser do discurso - ou seja, à dinastia da representação - e o discurso literário se desenvolve a partir dele mesmo, formando uma rede em que cada ponto, distinto dos outros, a distância mesmo

dos mais próximos, está situado em relação a todos em um espaço que ao mesmo tempo nos abriga e os separa. A literatura não é a linguagem se aproximando de si até o ponto de sua ardente manifestação, é linguagem se colocando o mais longe possível dela mesma, e se, nessa colocação “fora de si”, ela desvela seu ser próprio, essa súbita clareza revela mais um afastamento do que uma retração, mais uma dispersão do que um retorno dos signos sobre eles mesmos. O “sujeito” da literatura (o que fala nela e aquele sobre o qual ela fala) não seria tanto a linguagem em sua positividade quanto o vazio em que ela encontra seu espaço quando se enuncia na nudez do “eu falo” (FOUCAULT, 2001, p. 220-221).

*O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) é uma narrativa pensante, de um pensamento em devir dissolvido, imortal, eterno, lançado no aberto, no fora em relação a toda forma de subjetividade, razão pela qual não posso deixar de relacioná-la com o extraordinário ensaio de Michel Foucault, “O pensamento do exterior” (2001), no qual o autor investe toda a sua potência filosofante para argumentar a favor de um pensamento do e para o exterior, um pensamento que não se permite trair, seduzir ou conduzir para nenhuma forma de interioridade.

Se o pensamento do exterior é definido em relação ao livro dos livros, em relação à Bíblia, sendo exterior a ela, a questão que me cabe formular é: qual é a “bíblia” da biopolítica? Eu não hesitaria em responder: é a norma comportamental, tanto a das identidades quanto a da população como um todo. É, dessa forma, a norma da autoconfissão permanente. É essa norma que Hilda Hilst profana e, no desejo de escrever literatura pornográfica, acaba por trair a si mesma, porque não fez outra coisa que literatura, aqui definida como profanação. *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) fala por si mesmo logo no início:

Eu tenho oito anos. Eu vou contar tudo do jeito que eu sei porque mamãe e papai me falaram para eu contar do jeito que eu sei. E depois eu falo do começo da história. Agora eu quero falar do moço que veio aqui e que mami me disse agora que não é tão moço, e então eu me deitei na minha caminha que é muito bonita, toda cor de rosa. E mami só pôde comprar essa caminha depois que eu comecei a fazer isso que eu vou contar. Eu deitei com a minha boneca e o homem que não é tão moço pediu para eu tirar a calcinha. Eu tirei. Aí ele pediu para eu abrir as perninhas e ficar deitada e eu fiquei. Então ele começou a passar a mão na minha coxa que é muito fofinha e gorda, e pediu que eu abrisse as minhas perninhas (HILST, 1990, p.105).

Lori Lamby, a narradora-personagem, confessa na obra as suas “aventuras” sexuais. Tem oito anos e a idade do mundo. Como é possível ver, Hilda Hilst soube estilizar a dicção da criação,

incorporando uma espécie de devir infância, mas que carrega, já no nascimento, a história de uma civilização cuja obra-prima é um monumento à barbárie.

É importante ressaltar que o romance é marcado por narrativas paralelas em *mise en abyme*. Uma delas é a que se efetiva na relação entre o “Caderno rosa” e o “Caderno negro”, assim narrado:

Agora veio um bilhete do tio Abel: Lorinha, não encontrei a história da moça e do jardineiro pra mandar pra você. Mas eu encontrei esta outra história, muito bonita também. Aqui você vai aprender muitas coisas. O que você não entender, depois eu explico. É a primeira história de um caderno que vai se chamar: O Caderno Negro.

Vou copiar a história que o tio Abel me mandou, no meu caderno rosa. Quem sabe o tio Lalau vai gostar muito dessa história e aí eu peço pro tio Abel me emprestar e a gente junta o caderno negro com o caderno rosa. O nome dessa história é O CADERNO NEGRO (Corina: A Moça e o Jumento) (HILST, 1990, p. 118)

O que se passa no enredo da obra é: o pai de Lori é um escritor em crise de criação. Precisa escrever um romance contratado com o editor Lalau, mas não consegue escrever. A família está com dificuldade econômica e, por isso, seus pais resolvem ganhar dinheiro com a própria filha, entregando-a ao comércio da pedofilia. Essa é a narrativa de o “Caderno rosa”, escrita por Lori Lamby. A narrativa fornece pistas de que Lori lê, às escondidas, o livro que o pai está escrevendo. Surge outra narrativa dentro da narrativa: a do pai. Seria o “Caderno negro”?

Ainda acerca da passagem do romance citada anteriormente, gostaria de ressaltar uma palavra que Lori escreve: “copio”. Ela copia a história do Tio Abel, um dos pedófilos que abusa dela. Entretanto, na estrutura em *mise en abyme* da narrativa, é sempre uma narrativa que se desdobra em outra, supondo principalmente a narrativa do pai, que é: preciso escrever o romance porque preciso de dinheiro. No entanto, Lori Lamby assume a tarefa do pai. É seu pensamento exterior em relação a um interior. Este se traduz pelo dinheiro, querendo dinheiro; porém, torna-se exterior ao próprio dinheiro porque profana a tudo.

O “Caderno rosa”, dessa forma, é profanação, pensamento do exterior e um perjuro ao sistema confessional biopolítico. E como se escreve como literatura? Ora, contando, como diz a narradora logo no início, tudo que o “papai e a mami” disseram para ela contar, considerando: deve ser do jeito que ela, Lori, sabe. A forma da personagem protagonista do romance é o seu

jeito exterior, como criança em face da norma adulta (ter que ganhar dinheiro). Dessa maneira, ela se conta como pensamento do exterior em relação à norma adulta. É o “Caderno rosa” transgressão da biopolítica confessional do sistema capitalista.

## **1.2. O dispositivo da sexualidade**

Segundo o filósofo Michel Foucault (1999), o dispositivo da sexualidade envolve o lado anátomo-político e o lado da biopolítica da população. O primeiro lado, como o nome diz (anatomia) se refere ao corpo, à relação da sexualidade com o corpo e, assim, com a identidade (ser mulher, ser gay, ser hetero, o sexo infantil), sempre considerando o indivíduo. O segundo lado é social, é a biopolítica da população, é a regulamentação de como uma população deve se comportar, como ela deve pensar, comer, dormir, amar, odiar, estudar, trabalhar, enfim, ser.

Outro dispositivo fundamental da sexualidade é o dispositivo da confissão e da norma. O da confissão tem a ver com o seguinte: somos estimulados a confessar a nossa sexualidade. A escola, a família, o saber, a medicina, a psiquiatria, a literatura, os filmes, tudo nos estimula a dizer quem somos, sexualmente falando. As redes sociais estão a postos como palanques que são para receber e projetar essas confissões. O desafio do dispositivo da confissão é produzir a norma sexual, socialmente falando. Dessa forma, a norma está no horizonte da biopolítica da população e a confissão no lado anátomo-político. Com isso, portanto, quero dizer que o lado anátomo-político, para os poderes constituídos, deve orientar-se para a biopolítica da população de tal maneira a conformar uma sociedade normatizada, sob o ponto de vista da identidade sexual. Por exemplo: qual é a norma sexual da sociedade industrial? É produzir corpos dóceis para o trabalho industrial, fabril. Nesse sentido, essa sociedade usa as suas instituições (escola, família, hospício, cadeia, medicina, igreja) focando no objetivo de estimular confissões sexuais que produzem corpos dóceis. Essa é a norma da sociedade industrial. E, sendo os corpos dóceis programados para o trabalho capitalista, o homem não deve gastar energia com o sexo, a não ser pelo objetivo de assegurar a sua existência, a procriação.

Ora, e o que escreve Lori em seu “Caderno rosa”? Escreve o pensamento do exterior em relação aos dispositivos institucionais da biopolítica. Isso significa: é o “Caderno rosa”, de uma criança, em face de o “Caderno negro”, talvez o mundo real.

Sob o ponto de vista anátomo-político, uma criança é só caderno rosa, sem sexualidade, só criança. No entanto, Lori copia as “perversidades” do tio Abel, e copiando-o escreve dentro do “Caderno rosa” o “Caderno negro”, profanando a própria infância confessada e, por extensão, a biopolítica da população.

Outro importante *mise en abyme* da narrativa se dá entre a ficção e a realidade. Lori Lamby viveu o que ela diz viver ou simplesmente se trata de sua ficção, nada tendo a ver com a realidade? Novamente, aqui, a importância da literatura como pensamento do exterior. Lori põe em suspensão tanto a ficção quanto a realidade.

### **1.3. A tradição do oprimido e a sagrada vida nua e a pornografia soberana**

O que Hilda Hilst fez nos seus romances chamados de Trilogia Erótica foi a paródia da confissão e assim da norma sexual. Vem daí o diálogo desta pesquisa com Giorgio Agamben, no que diz respeito ao livro *O sacramento da linguagem* (2011). Nele, Agamben desenvolve o argumento de que o perjuro é a profanação do sagrado. E o que é sagrado no dispositivo da sexualidade é a norma, que está relacionada com a biopolítica da população apresentada por Michel Foucault.

No romance aqui estudado, de Hilda Hilst, a norma confessional consagrada pela ideologia do período histórico de sua publicação é totalmente perjurada, a começar pelo fato de a narradora-personagem da obra, Lori, narrar-confessar aquilo que não pode ser narrado e confessado sem culpa: a pedofilia, ainda que *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), em sua estrutura em *mise en abyme*, seja a ficção da ficção dos cadernos de anotações do pai escritor, de modo que o problema fundamental que apresenta possa e mesmo deva ser analisado tendo em vista o tema dos limites da ficção, o que pode ou não pode ser dito ou tematizado. Em um período em que a pornografia tornou-se fonte de muito lucro, tornando-se cotidiana, é preciso perguntar: é possível evitar que uma criança, de uma forma ou de outra, não seja exposta à mercadoria pornográfica, uma vez que, como toda mercadoria, a sua função é circular, tornando-se *fetiche*?

Ao perjurar os limites da confissão o próprio *fetiche* da mercadoria é profanado e, assim, as relações mercantis, fundamentalmente obscenas porque se estruturam ocultando o trabalho, o valor de uso e, no contexto da obra, o trabalho do escritor, que, como todo trabalhador

assalariado, se quiser sobreviver, precisará se adaptar às normas confessionais do sistema do capital.

Em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) a transgressão abala a norma e a confissão e é por meio dela que a norma confessional torna-se *fetiche* da mercadoria por que a confissão descarada realizada pela protagonista mirim abala o sistema confessional imposto à cada identidade no sistema capitalista (seja mulher, homem, adultos, crianças). Para Lori Lamby a fonte de todos os desejos, mais que o sexo, é o dinheiro que compra tudo, incluindo a mercadoria pornográfica. O recurso de *mise en abyme* total – porque tudo na obra é *mise en abyme*, narrativa que se desdobra em outra – resultou ser uma técnica eficaz para evidenciar que na civilização do capital, a do *fetiche* da mercadoria, tudo está misturado porque tudo é comprável pelo *fetiche* dos *fetiches*: o dinheiro.

Ora, e não é o dinheiro que o pai de Lori deseja como escritor? E é em nome da fama, de vender muitos livros e ficar reconhecido como escritor, que emerge a possibilidade de se tornar rico. Esse é o desejo do pai contido em seu “Caderno negro”: a escrita de um romance pornográfico, pois, na sociedade da pornografia, é lucro quase certo. O “Caderno rosa”, de Lori Lamby, resulta, nesse contexto, ser o *mise en abyme* do desejo do pai. Sua cor, “rosa”, é uma ironia que remete ao campo semântico de uma menina de oito anos. No entanto, ao partir do desejo do pai, que é, nesse caso, o desejo do capital, Lori confessa, no plano da ficção, o que não pode ser confessado: a bandalheira de um sistema em que tudo é comprado, inclusive a prostituição e a pedofilia.

No que se refere à maneira como o texto é escrito, observamos que Hilda Hilst opta pela interposição de discursos, numa estrutura *mise en abyme* de *mise en abyme*. A escritora, ao experimentar essa organização “desorganizada”, em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), propõe um diálogo da obra consigo mesma, ampliando a significação de todo o romance. São discursos dentro de discursos, romances dentro do romance, ultrapassando a mensagem do que pode ser esperado de uma ficção tradicional, uma vez que esses discursos interpostos podem confundir um leitor menos atento. Todavia, essas são características que fazem da obra ainda mais instigante.

O “tom confessional perjurado”, à luz de Michel Foucault e de Giorgio Agamben, presente na obra, aparece em sua primeira página e percorre toda a narrativa. Antes disso, está presente já no título em que a narradora-mirim é chamada de “cordeiro” (Lamby) insinuando o seu “sacrifício”, a sua “inocência”. Seria a infância de Lori Lamby, nossa pequena narradora, sacrifício do estado de exceção como regra geral?

A partir da experiência de leitura do texto “Sobre o conceito da história”, do livro *Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e política*, de Obras Escolhidas - Volume I (1994) de Walter Benjamin, comecei a refletir sobre o que os estudos do teórico apontam sobre o conceito de estado de exceção. De uma maneira muito singular, Benjamin afirma que:

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” em que vivemos é na verdade regra geral. Precisamos construir um conceito de história que corresponda a essa verdade. Nesse momento, perceberemos que nossa tarefa é originar um verdadeiro estado de exceção; com isso, nossa posição ficará forte na luta contra o fascismo. Este se beneficia da circunstância de que seus adversários o enfrentam em nome do progresso, considerando como uma norma histórica. O assombro com o fato de que os episódios que vivemos no século XX “ainda” sejam possíveis, não é um assombro filosófico. Ele não gera nenhum conhecimento, a não ser o conhecimento de que a concepção de história da qual emana semelhante assombro é insustentável (BENJAMIN, 1994, p. 226).

A partir de Benjamin, dizer que o estado de exceção é regra geral, em diálogo com o seu ensaio, não quer dizer que ele seja tributário da unidade do poder soberano e que, portanto, constitua-se a partir de um centro jurídico transcendental, encarnado na figura de Deus, do rei, do Estado ou de sua estrutura hierárquica institucional. Se o estado de exceção é a regra, como salientou Benjamin, seria possível pensar um estado de exceção biopolítico? E o que seria a transgressão a esse estado de exceção?

Para mim, em diálogo com o livro *A sociedade do controle integrado: Franz Kafka e Guimarães Rosa* (2014), do pesquisador Luis Eustáquio Soares, o estado de exceção no interior do capitalismo pode, sim, ser analisado como biopolítico. É, também, o estado de exceção da *Scientia sexualis*, do saber/poder sobre o sexo. Essa leitura foi imprescindível, pois é como uma anticonfissão do estado de exceção que a obra em tela, de Hilda Hilst, pode ser concebida como realização literária às avessas da tese contida no ensaio “Sobre o conceito da História” (1994), de Walter Benjamin.

Por meio do seu próprio delírio ficcional, cada argumento do aforismo contido na tese benjaminiana está presente no romance *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990). É uma transgressão da ordem caótica (esse “Caderno negro”); transgressão da biopolítica e assim do sistema de confissão no capitalismo, ao mesmo tempo “opaco e repulsivo”. Cito, a respeito, Vera Queiroz: “A transgressão de que se reveste o discurso literário de Hilda Hilst pertence à natureza cuja matéria é a opacidade, cuja força é a repulsão e cuja metáfora pode ser a de uma dura pedra, o diamante, a exemplo” (QUEIROZ, 2000, p.15). Na relação entre ficção e realidade, o que é repulsivo, a ficção ou o mundo real? *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) é em si esse repulsivo que nos convida a pensar sobre o que é repulsivo de fato.

Embora o diamante seja uma metáfora inadequada para o discurso literário hilstiano, uma vez que o diamante estrutura-se de forma alinhada e simétrica, forma-se do magma do interior terrestre tornando-se petrificado e denso. Características, portanto, que não se aplicam ao romance, objeto desta pesquisa. Pelo contrário, *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) não está alinhado e nem é simétrico; tampouco vem de um dentro (terrestre ou qualquer outro) e se delinea em uma espécie de “pedra” hermética. Negar, aqui, o diamante é entender que esse romance “magma” – o que sai explodindo no topo de um vulcão, porque não se contém em um dentro, mas precisa do exterior para existir – possui uma estrutura narrativa singular e seu tema repulsivo não está alinhado a normas.

O romance dribla o estado de exceção por meio da repulsão opaca em relação à tradição do oprimido, o que significa dizer que a literatura da autora de *Cartas de um sedutor* (2009) realiza o estado de exceção, tornando-o sombra entre sombras, assombro ficcionalmente insustentável, porque igualmente insustentável no mundo em que temos o estranho hábito de chamar de “real”, palavra que não por acaso etimologicamente aponta para outro aspecto da tradição do oprimido: a de seu lado real, de rei, de soberano, de transcendência, de norma, lei; e a de seu lado coisa (*res*), de vida nua coisificada, mostrada em *mise en abyme* de *mise en abyme*. A propósito, Lucien Dällenbach dá a seguinte definição do conceito mencionado:

Não é pois de admirar que a função narrativa de qualquer “mis en abyme” se caracterize fundamentalmente por uma acumulação das propriedades vulgares da iteração e do enunciado de segundo grau, a saber a aptidão para dotar a obra duma estrutura forte, de lhe assegurar melhor a significância, de a fazer

dialogar consigo mesma e de a prover dum aparelho de auto-interpretação (DÄLLENBACH, 1979, p. 54).

A partir desse exceto, além de compreender que *mis en abyme* pode ser entendido como discursos sobrepostos; ou melhor, para o caso de *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), discursos interpostos, em que o objeto de nosso estudo dialoga consigo mesmo por meio “dum aparelho de autointerpretação”, paradoxalmente. A transgressão opaca da literatura de Hilda Hilst é avessa, portanto, a qualquer forma, pois o romance possui uma potência criativa vocacionada ao “pensamento do exterior”, para lembrar o ensaio de Foucault (2001).

Portanto, a obra estudada não se constitui a partir de um centro (ou dentro) jurídico transcendental, encarnado na figura de Deus, do rei, do Estado ou de sua estrutura hierárquica institucional. Dizer, por sua vez que o estado de exceção é regra geral, em diálogo com o ensaio “Sobre o conceito da História” (1994), de Walter Benjamin, não quer dizer que ele seja tributário da unidade do poder soberano. O estado de exceção é regra geral porque na modernidade, “[...] a vida do *homo sacer*, que era a contraparte do poder soberano, converte-se em uma existência sobre a qual o poder parece não ter mais nenhum alcance” (AGAMBEN, 2007, p.160).

Entre, pois, o soberano, a lei e a vida nua, o estado de exceção como regra geral não se constitui como consequência direta ou mesmo indireta da relação de um dentro imaculado – a alteridade, um paradisíaco mundo fora do poder – vis-à-vis a um fora transcendental, na suposição maniqueísta de que de um lado habita o soberano e de outro a vida nua do súdito, pois faz parte do estado de exceção tornar tudo como norma, como realidade, como real, razão por que se faz inevitável dialogar com Michel Foucault, quando este, em *A defesa da sociedade*, diz que:

Não se deve, acho eu, conceber o indivíduo como uma espécie de núcleo elementar, átomo primitivo, matéria múltipla e muda na qual viria aplicar-se, contra a qual viria bater o poder, que submeteria os indivíduos ou os quebrantaria. Na realidade, o que faz que um corpo, gestos, discursos, desejos sejam identificados e constituídos como indivíduos, é precisamente isso um dos efeitos primeiros do poder. Quer dizer, o indivíduo não é o vis-à-vis do poder; é, acho eu, um de seus efeitos primeiros. O indivíduo é um efeito do poder e é, ao mesmo tempo, na mesma medida em que é um efeito seu, seu intermediário: o poder transita pelo indivíduo que ele constitui (FOUCAULT, 2005, p.35).

De modo ao mesmo tempo semelhante e dessemelhante à proposta de Walter Benjamin, a obra de Hilda Hilst aqui estudada constitui-se como realização ficcional da encarnação do estado de exceção biopolítico, razão por que sua literatura, com uma coerência extraordinária, pode ser analisada como ficção dos efeitos de poder ou efeitos possíveis de estado de exceção, embora a regra geral ou mais precisamente a desregra geral de seu discurso literário esteja relacionada com o fato de se fazer como efeito sem causa ou mais precisamente como efeito de efeito ou simplesmente como efeito de uma “vulgar obra literária” sobre outra “vulgar obra literária”, na suposição de que o discurso literário, contrariamente à proposta de Harold Bloom (1995), antes de ser cânone de cânone, é não cânone de não cânone.

Se o nome de Deus conforme Agamben (2011) é a origem metafísica de toda língua, sendo aquilo que sustenta a linguagem humana, diferentemente, na obra de Hilda Hilst, Deus é nome daquilo que não sustenta a linguagem de sua literatura, porque seu discurso literário é perjúrio, blasfêmia, infidelidade e transgressão do liame soberania/*homo sacer* constituindo-se, portanto, como duplo abandono, de Deus e da vida nua, no corpo tecido de sua não menos abandonada e maldita literatura, ponderação que novamente instiga uma interlocução com Giorgio Agamben, o qual, em *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento*, afirma:

É nos rastros desta decisão, na fidelidade a este juramento, que a espécie humana, tanto pela sua desventura quanto pela sua ventura, ainda vive de alguma maneira. Toda nomeação é dupla: é bênção [bem-dição] ou maldição [mal-dição]. Bênção, se a palavra for plena, se houver correspondência entre o significante e o significado, entre as palavras e as coisas; maldição se a palavra for vã, se continuarem existindo, entre o semiótico e o semântico, um vazio e uma separação. Juramento e perjúrio, bem-dição e mal-dição correspondem a essa dupla possibilidade (AGAMBEN, 2011, p.81).

A literatura como pensamento do exterior não pode se constituir como “palavra plena”, que só é possível se estiver em relação com o centro bíblico. O “Caderno rosa” de Lori é perjúrio à Bíblica confessional. É, assim, uma profanação em relação à confissão biopolítica do mundo adulto, sob olhar de uma criança, esse fora.

O movimento de perjúrio – blasfêmia, transgressão, maldição –, no romance estudado, faz-se em relação ao liame do estado de exceção da modernidade, o qual deixa de fundar-se sobre a

dimensão jurídica, em conformidade com Foucault, passando a ser constituído pelo trabalho de exceção sobre a biologia da espécie humana. E aqui aproveito para citar uma passagem de *História da sexualidade I: a vontade de saber*:

Concretamente, esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; que não são antitéticas e estão ao contrário interligadas por todo um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, a ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anato-política do corpo humano. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos, a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma *bio-política* da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida (FOUCAULT, 1999, p. 331).

Contrapontando Michel Foucault e Giorgio Agamben, se o fundamento metafísico do estado de exceção biopolítico, seu sagrado juramento, constitui-se através do liame entre a disciplina do corpo individual (a anátomo-política) e do “corpo-espécie” (a biopolítica da população), a obra *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), como perjúrio confessional, rompe tal liame, principalmente considerando a norma do corpo dócil para ser explorado e em certo sentido estuprado.

O dispositivo da sexualidade, dessa maneira, é o que conecta, num jogo de vice-versa, o corpo individual disciplinado ao corpo coletivo do perfil da espécie humana a ser engendrado pelo e para o capital. *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) pode ser analisado como o avesso do dispositivo da sexualidade, pois o parodia e inviabiliza-o por meio daquilo que poderia ser chamado de dispositivo pornográfico ou de “coisificação” ininterrupto da tradição do oprimido, de tal modo que tudo se torna pornografia de tudo, num contexto ficcional em que a disciplina individual do corpo torna-se irrefreável indisciplina da espécie humana.

O livro *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) de Hilda Hilst, portanto, oferece uma oportunidade singular para pensar o avesso do estado de exceção da modernidade como e por meio do biopoder, nos termos de Michel Foucault, como o imanente biológico estado de exceção moderno, fora de qualquer forma de transcendência ou soberania.

## CAPÍTULO II. O SOBERANO SEXO E O SOBERANO DINHEIRO E A VIDA NUA EM TRANSGRESSÃO

[...] vamos escrever a quatro mãos uma história porneia, vamos inventar uma pornocracia, Brasil meu caro, [...] exaltar a terra dos pornógrafos, dos pulhas, dos velhacos, dos vis. Não posso. Literatura pra mim é paixão. Verdade. Conhecimento. Matou-se logo depois.

Hilda Hilst em Contos d'escárnio. Textos grotescos.

### 2.1. O sexo soberano e o dinheiro como soberano pedófilo

Se consideramos que a confissão tem como eixo o dispositivo da sexualidade com o objetivo de colocar o sexo em discurso, isso talvez signifique que o sexo seja também, no estado de exceção biopolítico, um *mise en abyme* do dinheiro, seu outro lado, uma vez que o desejado é o sexo, assim como o dinheiro. O sexo torna-se o soberano, assim como o dinheiro. A passagem abaixo de *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1999), de Foucault, parece adequada para levar adiante um argumento posterior:

Com a criação deste elemento imaginário que é o sexo, o dispositivo de sexualidade suscitou um de seus princípios internos de funcionamento mais essenciais: o desejo do sexo – desejo de tê-lo, de aceder a ele, de descobri-lo, liberá-lo, articulá-lo em discurso, formulá-lo em verdade. Ele constitui “o sexo como desejável. E é essa desirabilidade do sexo que fixa cada um de nós à injunção de conhecê-lo, de descobrir sua lei e seu poder; é essa desirabilidade que nos faz acreditar que afirmamos contra todo poder os direitos de nosso sexo quando, de fato, ela nos vincula ao dispositivo de sexualidade que fez surgir, do fundo de nós mesmos, como uma miragem onde acreditamos reconhecer-nos, o brilho negro do sexo (FOUCAULT, 1999, p. 146-147).

A biopolítica, ao estimular, via confissão, a colocação do sexo no discurso, torna-o desejável, transformando o sexo em soberano. É nesse sentido que o estado de exceção no capitalismo é distinto do estado de exceção de sociedades escravocratas ou feudais, porque na civilização do capital o soberano decide sobre a vida enquanto nas anteriores decidia, principalmente, sobre a morte da vida nua.

A biopolítica como política da vida, tendo o sexo como soberano, torna o desejo do sexo uma referência absoluta, só comparável ao dinheiro. A passagem a seguir da narrativa me parece bastante oportuna a respeito:

[...] Nós fomos para um canto da praia, e lá tem uma pedra grande, a gente subiu até a pedra, e no pedaço mais difícil de subir, o tio subia na frente, mas ele gostava muito quando eu subia na frente no pedaço mais fácil, ele dizia:

– Loirinha, você tem a bundinha mais bonita que eu já vi e eu já vi que você tem dois furinhos, duas covinhas em cima da bundinha, e isso é raro.

– O que é raro?

– Raro é quando pouca gente tem.

– O quê, por exemplo?

– Dinheiro – ele disse – e os teus furinhos.

– Mas dinheiro é fácil.

– É fácil nada.

– Pra mim é fácil.

– É que você é predestinada.

Aí ficou muito complicado pra ele me explicar o que é predestinada. Eu pedi pra ele me escrever essa palavra pra eu pôr aqui no caderno, ele escreveu, mas a coisa de predestinada é mais ou menos assim: uns nascem pra ser lambidos e outros pra lamberem e pagarem. Aí eu perguntei por que quem lambe é que paga, se o mais gostoso é ser lambido. Então ele disse que com gente grande os dois se lambem e tem até gente que não paga nada nem pra ser lambido (HILST, 1990, p. 116-117).

É o dinheiro, a sua ausência, o responsável pela profunda crise da família de Lori. É a sua ausência que faz a mãe sofrer e o pai berrar. É o dinheiro, o soberano, que decide o inferno da vida nua. O dinheiro que circula é onipresente. Por sua vez, o sexo biopoliticamente também deve circular, ser o soberano desejável.

Dinheiro e sexo são os soberanos da civilização do capital; um *mise en abyme* do outro. A passagem anterior, de *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), é transgressiva, como pensamento do fora, porque evidencia a relação entre dinheiro e sexo. Ora, se o dinheiro compra tudo, o dinheiro não será o soberano pedófilo?

## 2.2. A vida nua em transgressão à norma do soberano sexo-dinheiro

Ao estudar o dispositivo da sexualidade tive mais certeza de que havia escolhido o objeto de análise mais certo para esta pesquisa: o romance *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), de

Hilda Hilst. Para esta pesquisadora, essa obra é uma das que mais evidencia “uma radicalização sem precedentes do estado de exceção” (AGAMBEN, 2002, p. 160), porque a seu modo radicaliza o dispositivo da sexualidade via pornografia generalizada da confissão anátomo-política de maneira a desarticular toda e qualquer norma civilizacional, a respeito da qual Foucault observou:

Uma outra consequência deste desenvolvimento do biopoder é a importância crescente assumida pela atuação da norma, a expensas do sistema jurídico da lei. A lei não pode deixar de ser armada e sua arma por excelência é a morte; aos que a transgridem, ela responde, pelo menos como último recurso, com esta ameaça absoluta. A lei sempre se refere ao gládio. Mas um poder que tem o poder de se encarregar da vida terá necessidade de mecanismos contínuos, reguladores e corretivos. Já não se trata de por a morte em ação no campo da soberania, mas de distribuir os vivos em um domínio de valor e utilidade. Um poder dessa natureza tem de qualificar, medir, avaliar, hierarquizar, mais que se manifestar em seu fausto mortífero; não tem que traçar a linha que separa os súditos obedientes dos inimigos do soberano, opera distribuições em torno da norma (FOUCAULT, 1999, p.135).

É essa distribuição em torno da norma que *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), de Hilda Hilst, transgride, produzindo um discurso literário como blasfêmia em relação ao estado de exceção do biopoder. Isso ocorre, por exemplo, porque o “Caderno rosa” – o da aprendiz de escritora, Lori Lamby – torna-se perjurada sobreposição ficcional do transgressivo, para não dizer pornográfico, “Caderno negro” do pai escritor, em um contexto em que a paternidade não se constitui como soberania ou referência jurídica, mas como simulacro, de modo que Lori Lamby realiza um *mise en abyme*, a escrita de seu “Caderno rosa”, como simulacro de simulacro, avacalhando a norma do ritual de iniciação da disciplina sobre o corpo da infância, compreendido como corpo assexuado e não casualmente sem dinheiro. É também a mesma “anarquia de gêneros” (PECORA, 2001, p. 5) que está presente no “Caderno rosa” de Lori. Por isso ela copia “O caderno negro” do Tio Abel, misturando o mundo da infância, rosa, com o mundo do adulto.

O dispositivo da sexualidade constitui o ponto de interseção entre a *scientia sexualis* e as técnicas de confissão, a partir do qual o discurso deve produzir a verdade de sua norma, como assinala Michel Foucault (1999, p. 67). *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) não se constitui nem como uma *scientia sexualis* nem como uma *ars erótica*, porque nele o dispositivo da sexualidade blasfema a verdade de si, rompendo e corrompendo a produção de subjetividades juradas e disciplinadas.

A obra em tela rompe e corrompe usando o mesmo princípio do dinheiro e do sexo: colocando em circulação os discursos, tornando-os onipresentes. É disso que se trata na dinâmica de cópia que o “Caderno rosa”, esse fora, realiza com o “Caderno negro”, de fazer circular o sexo com uma história de sexo dentro da outra, mas sempre em transgressão, como a história de Corina:

Corina nesse instante apareceu no vão da porta com o rosto bastante desfigurado de tanto chorar. Aí seo Licurgo disse: Tá bem, minha filha, pode conversar um pouco com o moço Edernir, ele é um bom moço, e diz que entende de castidade. E deu uma risada, entrou lá no quartinho de trás da farmácia dizendo que precisava preparar umas poções pra velha Cota que não parava de cagar, e que a Corina ia levar o remédio pra velha (HILST, 1990, p. 121).

Corina é parte do desdobramento de narrativas de *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), um signo da circulação onipresente do sexo em transgressão confessional da narrativa. A passagem anterior mostra o momento em que ela está doida para ficar com Edernir. Seo Licurgo prepara a cena pedindo que ela levasse para dona Cota “umas poções” para a velha “parar de cagar”. É possível observar, como sempre, não só a colocação do sexo em discurso como o desdobramento de narrativas dentro de narrativas. É o que mostra a história de Corina citada ao falar das “poções” como uma preparação necessária para que Licurgo voltasse a fazer sexo com a velha Cota e ao mesmo tempo oportunizando o encontro de Corina com Edernir, aludindo, em *mise en abyme* a história de Chapeuzinho Vermelho. Tudo é transgredido, nesse caso, porque Corina, como Chapeuzinho Vermelho, vai se encontrar com outro tipo de lobo, o personagem Edernir, que entende de castidade, o que remete ao estupro em última palavra.

Tudo é blasfêmia na colocação do sexo, esse soberano, em discurso. Cito, a propósito, *O sacramento da linguagem*: arqueologia do juramento de Agamben:

Assim, a blasfêmia nos apresenta um fenômeno perfeitamente simétrico ao juramento, e para entendê-lo não há nenhuma necessidade de apelar para a proibição bíblica e a ambigüidade do sagrado. A blasfêmia é um juramento no qual o nome de Deus é tirado do contexto assertório ou promissório, e é proferido em si, no vazio, independentemente de um conteúdo semântico. O nome, que no juramento expressa a garantia da conexão entre palavras e coisas, e que define a veridicidade e a força do logos, na blasfêmia expressa a ruptura desse nexos e o fato de ser vã a linguagem humana. O nome de Deus, isolado e pronunciado “em vão”, corresponde simetricamente ao perjúrio, que separa as palavras das coisas; juramento e blasfêmia, como bem-dição e mal-

dição, cooriginariamente estão implícitos no mesmo evento da linguagem (AGAMBEN, 1988, p.50).

*O caderno Rosa de Lori Lamby* (1990) funciona, em diálogo com Agamben, como linguagem vã, sem nexos entre o significante e a coisa. Essa linguagem vã é a da blasfêmia de uma narrativa que se desdobra perjurando o nome de Deus ou do soberano – nesse caso, sexo e dinheiro – e pode ser analisada como discurso literário de transgressão e perjuro relativamente ao juramento subjetivo do estado de exceção do biopoder. A obra estudada, do começo ao fim, é livro blasfemo ou que blasfema contra a confissão do soberano dinheiro e do soberano sexo, tornando-os moedas correntes, sem valor de troca. Domina os valores de uso do sexo. Sexo é sexo, e sexo é sexo sempre que se faz sexo e é isso que deve circular, tornar-se onipresente. Sendo assim, seu sacramento e, portanto, o sacramento do dinheiro, é impossível.

Ora, o dinheiro existe para ser de poucos e, no âmbito da biopolítica, o sexo deve ser o novo soberano, porque também deve ser comprável e, por isso mesmo, mais difícil e controlado. Não há, desse modo, melhor forma de blasfemar a ambos do que os fazendo circular, espalhando-se em narrativas dentro de narrativas, como uma não menos desdobrável “suruba” dos corpos.

Se, com Agamben, o sacramento significa um liame entre a forma e o conteúdo, no estado de exceção biopolítico, qual é o fundamento desse liame? É a mercadoria, esse fetichismo, pois a mercadoria é o conteúdo da forma-dinheiro, esse soberano dos fetichismos. Uma passagem da obra de Hilst é bastante representativa, no que diz respeito ao fetichismo da mercadoria, como é possível observar abaixo:

Ele perguntou me lambendo se eu gostava do dinheiro que ele ia me dar. Eu disse que gostava muito porque sem dinheiro a gente fica triste porque não pode comprar coisas lindas que a gente vê na televisão. Ele pediu pra eu ficar dizendo que gostava de dinheiro enquanto ele me lambia. Eu fiquei feliz dizendo: eu gosto do dinheiro (HILST, 1990, p. 106-107).

O excerto expõe esse liame do estado de exceção biopolítico por meio do sexo, de modo que pode ser assim expresso: dinheiro, mercadoria, sexo (D-M-S). Ao confessar essa dimensão inconfessável do sistema, por meio do ponto de vista de uma criança de oito anos, Hilda Hilst blasfema contra a biopolítica, ao mesmo tempo em que denuncia o liame entre o sexo, o dinheiro e a mercadoria.

### **CAPÍTULO III. O CADERNO ROSA DE LORI LAMBY COMO TRANSGRESSÃO AO DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E DAS NORMAS IDENTITÁRIAS**

E mami só pôde comprar essa caminha depois que eu comecei a fazer o que eu vou contar. Eu deitei com a minha boneca e o homem que não é tão moço pediu para eu tirar a calcinha. Eu tirei. Aí ele pediu para eu abrir as perninhas e ficar deitada e eu fiquei. (...) Ele começou a me lambe como o meu gato se lambe, bem devagarinho, e apertava gostoso o meu bumbum. Eu fiquei bem quietinha porque é uma delícia e eu queria que ele ficasse lambendo o tempo inteiro [...].

Hilda Hilst, *O caderno rosa de Lori Lamby*, p. 105).

No livro *Nascimento da biopolítica* (2008), de Michel Foucault, entre as páginas 29 e 30 da edição brasileira da Martins Fontes, há uma nota de rodapé que deveria estar presente no curso que o filósofo francês ofereceu sobre o tema do nascimento da biopolítica entre os anos de 1978 e 1979. A nota explicativa não ocupa duas páginas por acaso. Gostaria, no entanto, de destacar, citando o seguinte trecho, para prosseguir: “A autolimitação da prática governamental pela razão liberal foi acompanhada do dismantelamento dos objetivos internacionais e do aparecimento de objetivos ilimitados, com o imperialismo” (FOUCAULT, 2008, p. 30). Foucault, para analisar as origens da biopolítica, fez uma digressão longa sobre o ordoliberalismo alemão e o anarcoliberalismo estadunidense. De forma correta, entendo, compreendeu que a biopolítica é inseparável da ideologia do liberalismo, estando intimamente relacionada com a expansão imperialista de países europeus e também dos EUA. Em diálogo com o último trecho supracitado da obra *Nascimento da biopolítica* (2008), penso que não existem dúvidas, pois é claro o que está escrito: o período da expansão imperialista é também o de um liberalismo sem limites, inclusive sob o ponto de vista biopolítico, de moldar a humanidade à imagem e semelhança de uma superestrutura imperialista de referência.

O filósofo francês, portanto, compreendeu que o nascimento da biopolítica não podia ser separado da perspectiva imperialista do domínio dos povos. Essa perspectiva não poderia ter limites de espécie alguma. Tudo é possível e o mais importante era produzir uma humanidade à imagem e semelhança da potência imperialista. O país que conseguisse isso seria imbatível, uma vez que importaria um capitalismo igualmente a sua imagem e semelhança. Fica evidente, desse modo, a importância da biopolítica, com os seus dispositivos confessionais, porque, assim

como a confissão religiosa, com Deus, diz respeito a um processo subjetivo de encarnação divina, com suas prescrições e ritos; a confissão biopolítica, como sacramento, tende a consagrar, como potência capitalista dominante, o país que conseguir disseminar o seu sistema de confissão ideológico.

Foucault concentrou-se em duas potências imperialistas: a Alemanha e os EUA. Ao primeiro país designou como imperialismo ordoliberal e o segundo, de imperialismo anarcoliberal. Haveria, portanto, uma biopolítica ordoliberal alemã e uma biopolítica anarcoliberal estadunidense e ambas disputavam a hegemonia sobre os povos. Venceria o país que conseguisse produzir uma humanidade à imagem e semelhança de seu sistema ideológico que, dentre outras coisas, pudesse esboçar o consumidor de suas mercadorias.

Para o filósofo francês, o ordoliberalismo tinha seus limites, no que diz respeito à constituição de um capitalismo puro, em que o livre comércio dominaria sem travas. O morfema “ordo”, em ordoliberalismo, está relacionado à palavra “ordem” ou regulação estatal do liberalismo. Por outro lado, o anarcoliberalismo estadunidense, pelo próprio nome, tornaria tudo possível, em nome do capital. Não existem, então, limites, inclusive biopolíticos, principalmente se a análise focar na indústria cultural do imperialismo estadunidense, que edita e reedita, com seus filmes, suas publicidades, suas séries, o sistema mundial de confissão, indefinidamente, de forma não menos anarcoliberal.

Em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), Hilda Hilst demonstrou estar na ordem do dia, ao escrever uma obra de bandalheira, em interface profana com a cultura de massa, tendo como eixo a indústria pornográfica. Com isso, é possível analisar o romance como veneno contra veneno que destaca o anarcoliberalismo confessional do imperialismo estadunidense, dessacralizando-o, sem eliminar o riso, o deboche e, principalmente, sem deixar de estetizar o olhar infantil, potencialmente apto, com a sua ingenuidade, a ver com os olhos livres, argumento que desenvolvo em diálogo com o seguinte trecho do texto “Sexualidade e riso: a trilogia obscena de Hilda Hilst”, de Michthild Blumberg:

O olhar infantil, que combina a ingenuidade com a perversão polimorfa da qual fala Freud, é usado por Hilst para acessar ao prazer do texto barthesiano através de um romance construído a partir do duplo sentido da palavra “língua”. O acesso impossível ao divino identificado com o conhecimento absoluto, junto com a vontade de zombar da crítica que qualificou sua produção anterior como hermética, levam-na à

brincadeira obscena e provocadora da troca da linguagem pela língua (BLUMBERG, 2015, p. 127).

Ora, se Hilst, com seu romance, dessacraliza o sistema de confissão anarcoliberal estadunidense (contraparte da emissão sem fim do dólar, esse Deus-dinheiro do contemporâneo), eu, em diálogo com Blumberg, penso que ela conseguiu, no âmbito da literatura, realizar esse desafio por meio da “perversão polimorfa” da infância, usada como técnica que destitui a relação entre Deus/dólar infinito e biopolítica de confissão sem fim do sistema confessional estadunidense.

Com isso quero dizer que, mesmo que anarcoliberal e assim infinitamente editável, como no caso da biopolítica anarcoliberal do imperialismo ianque, com Foucault, “o nascimento da biopolítica” tem uma origem: a metrópole imperialista. Existe, pois, uma unidade discursiva metafísica, transcendental, ainda que se expresse no corpo, no desejo, no estilo de vida subjetivo, chamado de “*american way of life*”. Penso que o olhar infantil de Lori, perversamente polimorfo, possa ser analisado como o recurso estético *mise en abyme* da profanação do Deus-dólar, essa moeda fiduciária cujo verdadeiro lastro é à imagem e semelhança sob o ponto de vista biopolítico, da presença dos EUA pelo mundo, encarnada nos corpos, nas confissões, nas identidades das pessoas, independentemente de suas nacionalidades, por ser mundial.

Não existe, desse modo, nada mais potencialmente profano que a polimorfia infantil, por não separar o humano do animal, que também é, por bloquear a possibilidade da mínima unidade discursiva, seja a relativa ao dispositivo sexual, seja a que diz respeito ao dispositivo de confissão. Dessa forma, não há possibilidade de biopolítica, nem a anarcoliberal, em que quase tudo é possível, exceto a polimorfia, sem centro e sem origem, logo sem Deus.

Novamente uma passagem do texto “Sexualidade e riso: a trilogia obscena de Hilda Hilst”, de Blumberg é relevante:

Podemos aplicar ao “golpe pornográfico” de Hilda o conceito bakhtiniano da carnavalização entendida como paródia e transgressão. O carnavalesco medieval se apropria de maneira burlesca dos símbolos das instâncias opressoras (nobreza e clero), transgredindo barreiras sociais e morais através da chacota e do riso libertador (BLUMBERG, 2015, p.127-128).

Diria, em diálogo com o fragmento citado, que Hilda Hilst, com a obra em tela, levou a cabo um verdadeiro “golpe pornográfico” carnavalesco e polimorfo não em relação à aristocracia e

ao clero, mas sim relativamente ao sistema de confissão anarcoliberal lastreado no Deus-dólar, porque é o mundo realmente existente, das relações sociais de produção financiadas pelo dólar, de modo que a literatura que faz sucesso, nesse contexto, que ganha dinheiro, é fundamentalmente a que se vale do sistema de aparência biopolítico mundialmente estabelecido pelo imperialismo estadunidense.

É assim que as coisas são e não existe, no âmbito do sistema editorial, uma figura que mais represente essa rendição ao Deus-Dólar que o editor interessado em transformar a literatura em mercadoria. Não estou, neste momento, me posicionando nem a favor nem contra. Estou dizendo que o que vende, sobretudo na era dos objetivos ilimitados do sistema de confissão imperialista, é o que se circunscreve ao padrão dólar-Deus, razão de ser do seguinte trecho da narrativa hilstiana:

Eu já vi papi triste porque ninguém compra o que ele escreve. Ele estudou muito e ainda estuda muito, e outro dia ele brigou com o Lalau que é quem faz na máquina o livro dele, os livros dele, porque papai escreveu muitos livros mesmo, esses homens que fazem o livro da gente na máquina têm o nome de editor, mas quando Lalau não está aqui o papai chama o Lalau de cada nome que eu não posso falar. O Lalau falou pro papi: por que você não começa a escrever umas bananeiras pra variar? Acho que não é bananeira, é bandalheira, agora eu sei. Aí o papi disse pro Lalau: então é só isso que você tem pra me dizer? E falou uma palavra feia pro Lalau, mesmo na frente dele (HILST, 1990, p. 108).

Acredito que esse fragmento de *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) revele mais que o desejo, a necessidade da própria filha, Lori. O romance, sempre na estrutura em *mise en abyme*, tornou-se uma obra de dois escritores, na verdade três: Hilda Hilst, o pai de Lori e esta última, a narradora-personagem. Em comum entre os três, há a frustração com o mercado editorial e, como efeito a frustração com o editor, o “dono da fábrica de livros”, que por extensão o dono dos livros, muito mais que o escritor.

Na época da cultura de massa e da pornografia massificada, era do Deus-dólar, ganhar dinheiro com a literatura é, também, seguir o conselho do editor: escreva qualquer bandalheira, qualquer “bosta”, porque é o que vende. Simples assim. Lori compreendeu o conselho e encarnou-o, ainda que de forma ficcional, com o próprio corpo, confessando-se como “pedofilada” em nome

do Deus-dinheiro. Afinal, dinheiro compra tudo, resolve a crise da família, o humor do pai e ainda possibilita o acesso a sorvetes e outras guloseimas. Quem não quer?

Lori foi ao fundo do poço (ou Hilda?) e jogou a pornografia real, porque polimorfa e cotidiana, na “cara” do dinheiro, referenciando-o no mundo. Entretanto, o dinheiro compra tudo, exceto a vida real, reino da polimorfia, por ter como função imanente ocultá-la. O dinheiro, ainda mais na era do Deus-dólar, de emissão infinita, além de comprar tudo, é seu próprio centro, pois tudo que compra deve, como um bumerangue, sacralizar a lógica de acumulação do capital e, assim, de mais-dinheiro. O dinheiro faz dinheiro, que faz estilos de vida, que faz biopolítica.

Entretanto, em nome do pai, não do pai-Deus, do pai soberano, mas do pai escritor, compreendido como operário da arte literária, a narradora-personagem, Lori, com sua ingenuidade infantil, foi ao fundo do poço. O trabalhador, na verdade crua e nua, é um “prostituto” que se vende, sendo assalariado. Lori colocou-se na obra do pai, no *mise en abyme*, fez como faz qualquer operário, oferece seu próprio corpo, porque não tem meios de produção (não é dona da máquina de fazer livro). Revelou, assim, o que não pode ser revelado e o dessacralizou. Não fez pornografia, mas literatura.

A literatura, como tudo na vida, não é a-histórica. Pelo contrário, é tanto mais literatura quanto mais histórica for. *O Caderno rosa de Lori Lamby* (1990) é um romance do início da década de noventa do passado século, período do fim da União Soviética e de profunda crise do chamado socialismo real, que mais adiante simplesmente foi destruído. Ao dessacralizar o sagrado sistema de confissão de sua época, penso que a profanação hilstiana não possa ser separada do “estilo americano de ser”, essa norma de identidade mundialmente constituída e consagrada. É com base nessa interpretação que termino este capítulo formulando uma pergunta: o liberalismo sem limites do sistema de confissão identitário estadunidense, assim como ideologia liberal sob o ponto de vista econômico, terá como norma sagrada acabar com a identidade da classe trabalhadora? Eis uma questão fundamental a se pensar, pois é isso o que o anarcoliberalismo faz: oculta a classe trabalhadora e visibiliza as identidades sectárias. Com isso, usa a velha tática: dividir para dominar os povos da terra.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma conclusão de dissertação sempre corre o risco de replicar o esgotamento de um percurso. Este momento final pode ser um alívio, mas também pode ser um transtorno, seja porque a palavra, às vezes, queira emudecer-se; seja porque o ato de escrita, ao ecoar o cansaço, pode se efetivar de forma precária, aquém do que se deseja.

Para tentar confrontar o próprio cansaço, nada melhor que um novo desafio, que é o seguinte: como escrever as considerações finais de um percurso sem transformá-las em meros procedimentos de mudança do tempo verbal da introdução, do futuro do presente para o pretérito perfeito?

Talvez tentando analisar, de modo autocrítico e em perspectiva, os vazios presentes no caminho percorrido, sendo esta a opção que será experimentada nestas Considerações Finais.

Ainda que esta pesquisadora seja sempre suspeita, por escrever sobre seu próprio trabalho de pesquisa, antes de chegar à autocrítica, talvez seja o caso não de um autoelogio, mas de assinalar sem receio que, se esta dissertação tem alguma singularidade, esta tem a ver com o enfoque proposto: realizar um estudo cujo principal recorte temático é a profanação da biopolítica na obra *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), de Hilda Hilst. Esse tema não surgiu apenas de minhas leituras e só foi possível com o apoio do meu orientador, estudioso há pelo menos duas décadas do tema da biopolítica, do estado de exceção, tendo como referências teóricas, também, Foucault e Agamben.

Segui seus passos lendo e relendo *A sociedade do controle integrado: Franz Kafka e Guimarães Rosa* (2014) e *Sete ensaios sobre os imperialismos: literatura e biopolítica* (2019), livro que escreveu em coautoria com Luis Carlos Muñoz. Sem essas obras não teria conseguido estabelecer o arcabouço teórico-metodológico desta dissertação, que teve como estrutura básica a relação entre as categorias de biopolítica de Michel Foucault em interface com o conceito de estado de exceção, profanação, sacramento, perjuro, elaborados por Agamben em diferentes obras, como, respectivamente, *Homo sacer: o poder soberano e vida nua*, *Profanações* e *O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento*.

Estas categorias – a biopolítica com seus dispositivos de sexualidade e de confissão, o estado de exceção, a profanação, o sacramento, o juramento e o perjuro – foram interrelacionadas e trabalhadas a partir de um olhar exterior à produção literária de Hilda Hilst, com foco em *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990). Procurei não forçar a obra literária a uma interpretação prévia. Li Hilda Hilst diretamente, primeiro. Depois consultei a crítica e as interpretações recorrentes de sua produção literária. Independentemente do gênero, observei que o traço estrutural de seu estilo é o que diz respeito à relação entre soberano e vida nua, Deus, esse nome genérico da transcendência, e a imanência, tendo como figuração expressiva o corpo, suas pulsões, suas potências, seus limites, sua condição mortal, precária e ao mesmo tempo pleno de si, na relação com outros corpos, com a sociedade, com a materialidade da vida.

O primeiro capítulo desta dissertação, “*O caderno rosa de Lori Lamby* e a literatura do exterior como profanação das normas subjetivas”, adveio de um diálogo que fiz com o ensaio de Foucault, “O pensamento do exterior” (2001), em que a questão da literatura e da arte é concebida como exterior à Bíblia, o livro dos livros de um pensamento do interior, que parte da ideia de uma origem transcendental, referência de um sistema de subjetividade que se organiza a partir da confissão, sempre ecoando Deus, o Estado, a transcendência, o poder soberano.

Como o principal objetivo da biopolítica é a constituição de uma norma comportamental, subjetiva, do começo ao fim, todo o romance aqui analisado estrutura-se (ou se desestrutura) como uma estética do exterior às “confissões bíblicas”, se analisadas como confissões que respondem e mesmo obedecem (ao poder brando) à estrutura de poder do Estado, a partir de suas instituições e de suas diferentes formas de estabelecer a relação entre saber e poder sobre.

O dispositivo da sexualidade, nesse contexto, nada tem a ver com a repressão sexual, mas com o recurso (daí ser um dispositivo) com o qual o Estado (sempre em nome do capital), usando seus saberes institucionais, como a biologia, a medicina, a psicanálise, a psiquiatria, intervém na formação comportamental de sua população. E intervém sob o ponto de vista individual, o anátomo-político, e sob o ponto de vista coletivo, o da biopolítica da população. Partí, nesta pesquisa, do argumento de que, nesse caso, a biopolítica pode ser analisada como uma forma de “bíblia”, de pensamento do interior. O contraponto, como perjuro, como profanação, para produzir uma reflexão comparativa, foi *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990), por confessar,

com a sua narradora-personagem de oito anos, o que não se pode confessar: o interdito, o sexo infantil, a polimorfia profana entre os vivos.

O segundo capítulo, “O soberano sexo e o soberano dinheiro e a vida nua em transgressão”, por sua vez, deu seguimento ao primeiro, deslocando-o para o chão da história, para a sociedade e, dessa maneira, para o modo de produção capitalista e o poder do dinheiro sobre os seres, sobre a vida. O dinheiro, na civilização do capital, é o verdadeiro Deus, e a vida nua nada mais é do que a classe social que movimenta, na imanência, todo esse sistema, a classe trabalhadora. Esta, na obra estudada aqui, é representada pelo escritor, o pai de Lori, uma vez que a literatura é antes de tudo trabalho estético com a escrita, com o objetivo de representar a transgressão humana contra os poderes que limitam a vida, o amor, a criação, o desejo, a vida comum.

O confessado amor de Lori pelo dinheiro evidencia a onipresença desse “Deus”. Poderia ser interpretado como reverência ao Deus-dinheiro por tudo comprar. Entretanto, o que a obra de Hilda Hilst evidencia é que o ato de compra e venda, mediado pelo dinheiro, compra também o sexo de crianças. O dinheiro, assim, seria o verdadeiro “pedófilo”. Lori, ao se confessar “pedofilada”, em nome do dinheiro, em nome de resolver a crise econômica e afetiva da família, simplesmente, no plano da representação literária, mostra o que todos os trabalhadores fazem no modo de produção capitalista: vende a sua vida, por meio do trabalho assalariado. Prostituem-se.

O terceiro capítulo, “O Caderno Rosa de Lori Lamby como transgressão ao dispositivo da sexualidade e das normas identitárias”, teve como objetivo ampliar o *zoom*, porque o modo de produção capitalista, como se sabe, é mundial. Com isso é possível entender que a biopolítica também é mundial. Novamente, para desenvolver argumentos e descrever o sistema de confissão global do capital, recorri a Foucault. Em *Nascimento da biopolítica* (2008), obra em que, para apresentar as origens da biopolítica, identifiquei-a à ideologia liberal e, com esta, com a emergência do imperialismo, que impõe o liberalismo como forma de sistema de trocas desiguais aos povos de todo o mundo.

O liberalismo é o que o nome diz: libera. E libera, economicamente falando, quaisquer entraves para a acumulação do capital. Não tem limites. Tudo é possível e sobretudo o pior, porque é baseado na superexploração do trabalho. Foucault, ainda que não tenha dito isso explicitamente,

mostra que o nascimento da biopolítica pode ser compreendido com mais precisão com a emergência do imperialismo, uma vez que em seu livro deixou notas de rodapé imensas a esse respeito. Ora, se o imperialismo é sem limites, isso significa que a biopolítica, com seu dispositivo de sexualidade e de confissão, também é sem limite.

Foucault ateve-se, em *Nascimento da biopolítica* (2008), a duas tradições liberais imperialistas: a ordoliberal alemã e a anarcoliberal estadunidense. Com sua escrita ambígua, não afirmou claramente que a biopolítica sem limites se tornou, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, a estadunidense, uma vez que a alemã, além de ter perdido a guerra, tinha um limite sério: a intervenção estatal, sempre pronta para impor a ordem, evitando a anarquia. A biopolítica anarcoliberal do imperialismo dos EUA, por outro lado, tinha e tem como parâmetro a própria anarquia como referência. Sem limites. No entanto, será mesmo que não tem limites, considerando que a biopolítica sempre pressupõe a norma e com esta “um pensamento do interior”, bíblico?

A biopolítica, mesmo a anarcoliberal estadunidense, tem uma origem, e a origem é a vontade de saber sobre e contra o trabalho comum dos povos. É nessa brecha que o romance de Hilst produz a sua profanação polimorfa, por meio da confissão da bandalheira, curiosamente com o objetivo de fazer uma literatura que possa ser comprada, que possa ser fonte de dinheiro.

A personagem Lori Lamby “exagerou na dose”, ao imitar seu pai, apropriando-se de seu caderno de anotações, do esboço de seu romance de bandalheira, com viés pornográfico porque, afinal, é o que dá dinheiro. A pornografia, com a narradora Lori, entretanto, tornou-se indigesta, porque exagerada, porque polimorfa. A confissão profanou a si mesma e, assim, a própria infância. Com isso, a norma comportamental tornou-se inviável. *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) é o curto-circuito da biopolítica, na era da edição sem limites do sistema de normas subjetivas do imperialismo estadunidense, tendo o dólar como moeda de emissão sem fim e a norma identitária como lastro.

Acredito que *O caderno rosa de Lori Lamby* (1990) seja o romance da literatura brasileira que conseguiu dessacralizar a norma do estilo americano de vida, esse verdadeiro sacramento do mundo contemporâneo que nos exige o mais fiel juramento.

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Trad. de Henrique Burigo. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. **O estado de exceção**. Trad. Iraci D. Poleti. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. **O sacramento da linguagem**: arqueologia do juramento (homo sacer II, 3). Trad. Selvino José Assmann. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

\_\_\_\_\_. **Profonações**. Trad. Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007.

BENJAMIN, Walter. **Magia, técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOOM, Harold. **O cânone ocidental**: os livros e a escola do tempo. Trad. de Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Objetiva, 1995.

BLUMBERG, M. Sexualidade e riso: a trilogia obscena de Hilda Hilst. *In*: REGUERA, NMA., and BUSATO, S., orgs. **Em torno de Hilda Hilst** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2015, p. 121-137. SciELO Books. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/wbzech/pdf/reguera-9788568334690-08.pdf>. Acesso em: 13 set 2022.

DUARTE, Edson Costa. A recepção crítica na literatura de Hilda Hilst. *Revista Línguas e Letras, Unioeste* - Vol. 15, número 29, Segundo Semestre de 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Dell/Documents/a%20recep%C3%A7%C3%A3o%20cr%C3%ADtica%20da%20obra%20de%20hilda%20hilst.pdf>. Acesso em: 13 set 2020.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. v. 1. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

\_\_\_\_\_. O Pensamento do exterior. *In.*: **Estética**: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Org. Manoel Barros da Motta. Trad. de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 119-246.

HILST, Hilda. **Amavisse**. São Paulo: Massao Ohno, 1989.

\_\_\_\_\_. **A obscena senhora D**. Alcir Pécora (Org.) São Paulo: Globo, 2001.

\_\_\_\_\_. **Bufólicas**. São Paulo: Massao Ohno, 1992.

\_\_\_\_\_. **Cartas de um sedutor**. Alcir Pécora (Org.). São Paulo: Globo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Contos d'escárnio. Textos grotescos**. Alcir Pécora (Org.). São Paulo: Globo, 2002.

\_\_\_\_\_. **Ficções**. São Paulo: Edições Quíron, 1977.

\_\_\_\_\_. **O caderno rosa de Lori Lamby**. São Paulo: Massao Ohno, 1990.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2017.

PÉCORA, Alcir. **Por que ler Hilda Hilst**. São Paulo: Globo, 2010.

\_\_\_\_\_. A moral pornográfica. **Suplemento Literário de Minas Gerais**. Belo Horizonte, n. 70, p. 16-19, abr. 2001.

QUEIROZ, Vera. **Hilda Hilst**: três leituras. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.

RIMI, Hussein (Org.). Palavras abaixo da cintura, 1991. *In.*: Cristiano Diniz (Org.). **Fico besta quando me entendem**: entrevistas com Hilda Hilst. Vários autores. 1. ed. 2013. 2. reimpressão, 2018. São Paulo: Globo, 2013. p. 139-145.

RIODEL, Michel. Falando com Deus. *In.*: REGUEIRA, Nilze Maria Azeredo/BUSATO, Susanna (Org.). **Em torno de Hilda Hilst**. São Paulo: Inesp, 2015.

SOARES, Luis Eustáquio. **A sociedade do controle integrado**: Franz Kafka e Guimarães Rosa. Vitória, ES: EDUFES, 2014.

\_\_\_\_\_; SARMIENTO, Luis Carlos Muñoz. **Sete ensaios sobre os imperialismos**: literatura e biopolítica. Vitória/ES: 2019.

## **OBRAS CONSULTADAS**

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. Problematização do sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Trad. de Vera Lúcia Avelar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999, v. 1.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Trad. de Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000, v. 2.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. Ética, estratégia, poder-saber. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, v. 4.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. Ética, sexualidade, política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Trad. de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, v. 5.

\_\_\_\_\_. **Ditos e escritos**. Repensar a política. MOTTA, Manoel Barros da (Org.). Trad. de Ana Lúcia Paranhos Pessoa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010, v. 6.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. v. 2. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 8 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

\_\_\_\_\_. **História da sexualidade 3: o cuidado de si.** v. 3. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

\_\_\_\_\_. **Em defesa da sociedade.** Trad. de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder.** Trad. de Roberto Machado. 20 ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e punir: nascimento da prisão.** Trad. de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GIACHETTI, Romano. **Porno-power: pornografia y sociedad capitalista.** Barcelona: Editorial Fontanella, 1978.

\_\_\_\_\_. **O caderno rosa de Lori Lamby.** São Paulo: Editora Globo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista.** Org. e introdução de Álvaro Pina. Trad. de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MUART, Zahidé Lupinacci. **Notas marginais sobre o erotismo: o caderno rosa de Lori Lamby.** Travessia, Florianópolis, n. 22, 1991.

REVEL, Judith. **Foucault: conceitos essenciais.** Trad. de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Paulo: Claraluz, 2005.

ROSENFELD, Anatol. Hilda Hilst: poeta, narradora, dramaturga. *In.:* HILST, Hilda. **Fluxo-Floema.** São Paulo: Perspectiva, 1970.